

RESPONSABILIDADE ★ IRRENUNCIÁVEL ★

Raul PILLA

25.9.45

(Copyright dos "Diários Associados")

Cabe às classes armadas uma tremenda e irrenunciável responsabilidade na actual situação do País. Tremenda é, porque do seu comportamento vai depender a sorte da democracia brasileira, portanto a liberdade e a segurança; irrenunciável, porque, estando a Nação inerte ante o Ditador, que a seu talante põe e dispõe, e pode tirar hoje o que prometeu ontem, nenhum socorro pode ela receber, senão dos cidadãos que armou para a sua defesa.

Vem de longe, em verdade, esta responsabilidade das classes armadas. Data de 10 de novembro de 1937. Sabemos perfeitamente que elas não foram as que desfecharam o golpe de Estado e que este resultou de uma conspiração do sr. Getúlio Vargas com o seu ministro da Guerra. Mas sabemos também que, desde o primeiro momento, receberam elas sobre os ombros todo o peso do Estado Novo, e que o próprio Ditador nunca perdeu a oportunidade de pública e solenemente frisar semelhante corresponsabilidade. Mais do que autor, aprazia ao sr. Getúlio Vargas inculcar-se simples instrumento da criminoso transformação política operada em 1937.

Assim, aparentemente, pelo menos, aos militares cabia a responsabilidade da instituição da Ditadura, responsabilidade que dia a dia se ia agravando, com a ininterrupta sucessão dos desmandos governamentais.

Claro era, porém, não poder durar indefinidamente esta passividade, que cada vez mais se tornava cumplicidade. Não somente o patriotismo, comum a todos os cidadãos, mas também o próprio pundonor militar exigiam que as classes armadas viessem em socorro da Nação servilizada e exangue. Se o não fizessem, seriam arrastadas fatalmente ao opróbrio, em que se estava afundando a Ditadura.

Foi realmente a consciência cívica das classes armadas que pôs fim à comédia. Foi graças a elas que o sr. Getúlio Vargas, surdo até então ao clamor popular, se resolveu finalmente a

convocar eleições, fôsse embora para complementar as instituições da carta de 10 de novembro.

Convocadas, porém, as eleições, longe estava de terminar a missão das classes armadas, única força verdadeiramente eficiente no regime getuliano. Era preciso que as eleições decretadas se realizassem de facto, e se realizassem com todas as garantias. E isto somente à custa de continua pressão e incessante vigilância se poderia alcançar. Como o presidente de 1937, o ditador de 1945 estaria pronto sempre a voltar atrás das promessas, desferindo um dos seus temíveis golpes.

Não ser vão este receio demonstraram-no logo as greves fomentadas pelo Ministério do Trabalho, que somente com a enérgica intervenção do Ministério da Guerra tiveram paradeiro. Confirmou-o a campanha queremista, lançada em grande estilo por todo o País, graças ao apóio e aos recursos oficiais. Depois de terminada esta pela extinção do prazo de desincompatibilização, veio agravá-lo consideravelmente o movimento pela assembléa constituinte e pelo adiamento da eleição presidencial. E, como se tudo isto não bastasse, temos ainda, a manobrar com o sr. Getúlio Vargas, a figura do chefe comunista, disfarçado agora em mansueto apóstolo da democracia.

Nunca, pois, mais do que agora, esteve sujeita a Nação aos botes do Ditador. Nunca maior foi o risco a que se expuseram as renascentes instituições democráticas. E nunca mais necessária, do que agora, foi a vigilância das classes armadas: a sua missão tutelar, longe de terminada, chegou agora à fase culminante e decisiva. Porque não se trata, apenas, de continuar, ou não, o sr. Getúlio Vargas no governo, senão também das catastróficas consequências que a sua continuação poderá ter.

As classes armadas não se podem demitir agora da tremenda responsabilidade que lhe foi atirada sobre os ombros a 10 de novembro de 1945. Incumbe-lhe entregar a Nação a si mesma.